



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE CARATINGA – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO: JONATAS RODRIGUES DE FREITAS



Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986 Data da instalação: 11-11-1986 Data de implantação do PJe: 24-9-2015

Jurisdição: Caratinga, Bom Jesus do Galho, Bugre, Córrego Novo, Dom Cavati, Entre Folhas, Imbé de Minas, Inhapim, Piedade de Caratinga, Pingo D'Água, Raul Soares, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, São Domingos das Dores, São João do Oriente, São Pedro dos Ferros, São Sebastião do Anta, Sobrália, Tarumirim, Ubaporanga, Vargem Alegre e Vermelho Novo.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 22-1-2020, p. 1/2.





ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 5-2-2019

Às 8h30min do dia onze de fevereiro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. Maristela Iris da Silva Malheiros, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Caratinga, situada na Praça Felipe Moreira Caldas, 21, na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 30, I, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo recebida pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. Jonatas Rodrigues de Freitas; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Geovani Soares de Almeida; pelos servidores Adauto Rodrigues Coelho, Amanda Arregui Silva Moreira, Alberto Pereira de Araújo Filho, Luciano Marciano Pinto, Márcia Eli de Freitas, Matheus Croce Quina, Neuber Teixeira Dos Reis Júnior, Renata Capella Araújo Carvalho, Ricardo Meneghetti e Sebastião Marcos Coelho.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

- 1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 67 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 6-2-2020, apurando-se a média de 8,7 processos por dia útil.
- 1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS A Vara recebeu 9 cartas precatórias até o dia 6-2-2020, das quais 3 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.
- 1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS A Vara expediu 4 cartas precatórias até o dia 6-2-2020, das quais 2 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.
- 1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT Existe o registro de 155 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 5 processos foram remetidos até o dia 6-2-2020.
- 1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO Há 17 autos de processos com carga, todos no prazo legal.
- 1.6. CARGA PARA PERITOS Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 5 processos com perícia designada, no prazo.





- 1.7. MANDADOS EXPEDIDOS Constam 57 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 22 pendentes de cumprimento, no prazo.
- 1.8. PROCESSOS ADIADOS SINE DIE Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 2 processos sine die, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.
- 1.9. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO a taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 30,46% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraidos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

1.10. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 6-2-2020) (fonte: e-Gestão)

 Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	56
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	27
i.	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	4

 Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Saldo de processos do item 377 no final do período de referência	0





Saldo de processos do item 90377 no final do período de referência

142

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (103): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO		Saldo de processos di item 393 no final di período de referência	
		Saldo de processos d item 90393 no final d período de referência	
	[이번 44] : 이번 이번 [H	Saldo de processos d item 62 no final d período de referência	
		Saldo de processos di item 90062 no final di período de referência	

1.11. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Existem 541 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 268 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 272 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 6-2-2020.

No ano 2019, até o dia 6-2 havia 525 processos na fase de execução, assim distribuídos:





- a) 248 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 276 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.
- 1.12. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 6-2-2020, existem 3 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400 e 90400.
- 2. PROCESSOS EXAMINADOS Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 11-2-2020 havia 9 processos:

- a) procedimento sumaríssimo: 7 processos;
- b) instrução: 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010010/20, 0010012/20, 0010013/20, 0010015/20, 0010016/20, 0010017/20, 0010018/20, 0010909/19 e 0010907/19.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS SINE DIE; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010006/20, 0010009/20, 0010924/19, 0010919/19, 0010925/19, 0010890/19, 0010725/19, 0010899/19, 0010729/19, 0010819/19, 0010286/17, 0010813/19, 0010824/19, 0010823/19, 0010821/19, 0010809/19, 0010598/19, 0010791/19, 0010777/19, 0010905/19, 0010558/19, 0010894/19, 0010828/19, 0010869/19, 0010866/19, 0010646/19, 0010858/19, 0010834/19, 0010908/19, 0010895/19, 0010896/19, 0010704/19, 0010760/19, 0010867/19, 0010872/19, 0010906/19, 0010898/19, 0010585/19, 0010453/19, 0010341/19, 0010057/19, 0010435/19, 0010058/19, 0010018/19, 0010555/19, 0010516/19, 0010470/19, 0010789/19, 0010540/19, 00100102/19, 0010205/18, 0010031/16, 0010910/19, 0010879/19, 0010855/19, 0010853/19, 0010854/19, 0010870/19, 0010615/19, 0010826/19, 0010454/19, 0010594/19, 0010640/19, 0010829/19, 0010630/19, 0010692/19, 0010445/19, 0010456/19, 0010457/19 e 0010829/19.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.





Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", divulgada por meio do Oficio Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

- 2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.
- 2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 6 ações civis públicas em tramitação.
- 2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há ação civil coletiva em tramitação.
- 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA -

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	19	25	36
Instrução processo eletrônico	36	30	48

Apuração conforme dados extraidos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	10	10	27-02-2020 - 11 dias
Procedimento Ordinário	10	10	04-03-2020 - 15 dias
Instrução	63	35	14/04/2020 - 41 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 6-2-2020).

 Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
--	-------------------------	--





Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	42	54

 Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (105): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.
 (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	3	61

 Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.
 (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	33	624
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:





	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	73	0,32
Julgados procedentes em parte	131	0,58
Julgados improcedentes	46	0,20
Extintos com resolução de mérito	4	0,02
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	254	1,12
Extintos sem resolução de mérito	46	0,20
Arquivamento	40	0,18
Desistência	48	0,21
Outras decisões sem exame de mérito	3	0,01
Total sem exame de mérito	137	0,60
Decisões de conhecimento	391	1,72
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	58	0,26
Decisões na fase de execução	36	0,16
Total	485	2,14

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em janeiro de 2020, com 9 dias úteis, realizaram-se:





Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	0	0
Conciliação em execução	3	0,34
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	0	0
Inicial	7	0,78
Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução	6	0,67
Instrução (rito sumaríssimo)	0	0
Una	14	1,57
Una (rito sumaríssimo)	14	1,57
Total	30	3,34

No mês de janeiro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 20 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 4 decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 6 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de terça-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 17,5 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara o magistrado que comparece nesta unidade organizacional regularmente de terça-feira a quinta-feira e, em dias alternados, segunda-feira e sexta-feira e que mantém afixado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções.





Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 160 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que "nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados".

5. PRODUÇÃO -

Movimentação Anual	de Processo	S
	2018	2019
Processos recebidos	589	776
Média por dia útil	2,6	3,4
Processos remanescentes do ano anterior	80	35
Sentenças anuladas	3	2
Total de processos para solução	672	813
Processos solucionados	632	756
Processos conciliados	273	365
Produção	94,05%	92,98%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 31,78% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produção, verificou-se que em 2019 houve uma diminuição de 1,07%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) — desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o País e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 6-2-2020)





 Indicador Taxa de Conciliação (107): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	10
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	43

 Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	43
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	67

 Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	20
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	36

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 6-2-2020)

 Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (109): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

			Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	142
Baixados na Conhecimento	Fase	de	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	17





 Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de Execuçã		ixa na l	ase	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	. 523
Baixados Execução	na	Fase	de	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	32

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 6-2-2020)

 Indicador Produtividade por Servidor (II1): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	17
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	32
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

 Indicador Pendentes por Servidor (112): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	142
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	523
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

Perfil da Vara do Trabalho

Caratinga - 01a Vara





Indicadores / Período de referência		Ano 2018 01/01/2018 a 31/12/2018	1° trim 2019 01/04/2018 a 31/03/2019	2° trim 2019 01/07/2018 a 30/06/2019	3° trim 2019 01/10/2018 a 30/09/2019	4° trim 2019 01/01/2019 a 31/12/2019
	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,06	0,14	0,08	0,06	0,06
	I02 - Pendentes	634	638	696	685	678
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	37,89	34,86	30,79	34,45	33,96
	105 - Prazo médio na liquidação (em dias)	65,42	61,47	62,59	56,81	59,44
Indicadores	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.143,52	1.041,66	1.049,12	752,65	327,56
	I07 - Taxa de conciliação (%)	43,20	46,82	47,72	46,76	48,28
	I08 - Taxa de solução (%)	106,76	103,55	96,48	97,84	97,17
	I13 - Taxa de execução (%)	164,60	160,66	154,30	147,72	120,22
	I09 - Taxa de congestio-namento no conhecimento (%)	10,51	11,21	15,43	12,83	10,87
	I10 - Taxa de congestio-namento na execução (%)	52,20	52,76	55,29	57,79	64,53
	III - Produtividade por servidor	81,31	83,08	87,67	90,17	95,18
	I12 - Pendentes por servidor	45,38	46,31	53,50	52,17	56,82
	Acervo	0,07	0,08	0,08	0,09	0,09
	Celeridade	0,17	0,16	0,15	0,12	0,08
Meso	Produtividade	0,56	0,55	0,54	0,57	0,59
MESU	Congestionamento processual	0,22	0,26	0,31	0,33	0,43
	Força de trabalho	0,52	0,52	0,53	0,52	0,53





Macro IGEST	0,3103	0,3122	0,3220	0,3251	0,3448
Posição IGEST	11	8	15	17	26
Movimentação processual	0751 a 1000				

Fonte: Sistema e-Gestão Dados gerados em 23/01/2020

6. ARRECADAÇÃO -

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$3.041.558,85	R\$289.583,41

- 7. PORTARIAS De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/2006, que dispõe sobre a delegação de atos processuais ordinatórios ao Secretário da Vara ou servidor por ele designado; 1/2017 que, nos termos da Portaria GP 198/2016, cria comissão para desfazimento de bens inservíveis da Vara do Trabalho de Caratinga e a 1/2019 que revoga a Portaria 1/2018.
- 8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.
- 9. DA SECRETARIA Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58 de 13 de outubro de 2016 e suas posteriores alterações. Também foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:





Recomenda-se ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, incluindo em pauta no mínimo 10 processos, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o caput do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons oficios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1º do referido artigo.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

Não houve recomendação específica para esta unidade organizacional.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era "julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 96,89% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.





Em 2019, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 108,70%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era "manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 110,62% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era "baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 91,03%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.





Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era "reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020", o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 34 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 20,46%, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%.

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

- 12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.
- 13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.
- 14. OBSERVAÇÕES FINAIS A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é "Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social".

A Corregedoria Regional recomenda seja observado o disposto no Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT N° 01, de 14 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judicias de processos arquivados definitivamente, especificamente quanto ao artigo 2°, onde "satisfeitos os créditos dos processos, a disponibilização de qualquer saldo existente em conta judicial ao devedor de créditos trabalhistas deve ser precedida de ampla pesquisa no Setor de Distribuição de Feitos, nos sistemas de gestão de processos judiciais anteriores ao PJe de cada Tribunal Regional do Trabalho e no sistema do Banco Nacional de Débitos Trabalhistas (BNDT), a fim de identificar processos que tramitem em face do mesmo devedor". Recomenda, também, que seja observada a Resolução Conjunta deste Regional, GP/GCR N.136, de 27 de janeiro de 2020, referente ao Projeto Garimpo.





Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão", segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h30min do dia onze de fevereiro de 2020, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior , Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, pelo MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor Jânio Júlio Fernandes.

Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

onatas Rodrigues de Freitas

Juiz do Trabalho Titular da Vara

Geovalo Soares de Almeida Secretário da Vara do Trabalho